



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência pública sobre o EIA-RIMA do empreendimento “Duplicação da Rodovia SP-255, do Km 83+200 ao Km 137+950; do Km 137+960 ao Km 147+300, e do Km 155+770 ao Km 179+600”, de responsabilidade de Via Paulista S/A, realizada no dia 6 de junho de 2018, no município de Jaú/SP.

Realizou-se, no dia 6 de junho de 2018, no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP Rua Luiz Brancaglioni, 20 - Vila Assis, Jaú / SP, audiência pública sobre o empreendimento “Duplicação da Rodovia SP-255, do Km 83+200 ao Km 137+950; do Km 137+960 ao Km 147+300, e do Km 155+770 ao Km 179+600”, de responsabilidade de Via Paulista S/A (Proc. e.ambiente 016.698/2018-65). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA, **Anselmo Guimarães**, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Maurício Brusadin, saudava e dava boas-vindas aos representantes do Poder Legislativo – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Vereadores Guto Machado e Roberto Vanucci, ambos pelo Município de Jaú –, das entidades da sociedade civil – na pessoa do Ilustríssimo Senhor Veidson Marcelo Gonçalves, representante do Rotary Club–Jaú/Terra Rocha –, dos Poderes Executivo e Judiciário, do Ministério Público do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, dos órgãos públicos, dos conselhos municipais de meio ambiente, da Polícia Militar Ambiental, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que compareceram a essa audiência pública sobre o licenciamento em questão. A seguir, anunciou que o assunto da presente audiência era a “Duplicação da Rodovia SP-255, do Km 83+200 ao Km 137+950; do Km 137+960 ao Km 147+300, e do Km 155+770 ao Km 179+600”, de responsabilidade de Via Paulista S/A. Declarou que a Audiência Pública é um evento aberto, público, onde são apresentados os aspectos ambientais da proposta ou projeto a todos, para que dêem suas opiniões, formulem indagações, apresentem contribuições, sugestões e críticas, e tudo o que possa contribuir para o aprimoramento da análise técnica, pelo órgão licenciador, do empreendimento, que se encontrava ainda em fase preliminar. Esclareceu que o rito referente à realização de audiências públicas foi estabelecido na Deliberação Normativa 01/2011, do Conselho Estadual do Meio Ambiente, e que possuía a função regulamentar de conduzir aquelas que versam sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo e criação de áreas protegidas, em âmbito estadual, pelo Sistema Ambiental Paulista, ou seja, seu papel nas audiências públicas era completamente isento, e sua função tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra, para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de modo democrático e organizado. Informou que as inscrições para participação dos debates são feitas junto à equipe da recepção, em listas apropriadas, e se encerram sessenta minutos após a abertura dos trabalhos, lembrando, àqueles que preferirem ou desejarem, que poderiam apresentar documentos relativos ao assunto objeto desta audiência, bem como manifestações por escrito no prazo de cinco dias úteis a contar daquela data, protocolando-os diretamente na unidade da CETESB, ou encaminhando pelo endereço de *e-mail* divulgado. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela **Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011** para a condução das audiências públicas, com os respectivos momentos destinados à manifestação de cada um dos presentes e o tempo previsto para cada uma delas. Antes que se procedesse à apresentação do projeto, **Rodrigo Passos Cunha** esclareceu em linhas gerais como se desenvolve o processo de licenciamento. Explicou do que tratam materialmente os estudos de impacto ambiental e deu conta da tramitação do empreendimento, esclarecendo que no momento atual os estudos encontram-se sob os cuidados de equipe técnica especializada da CETESB, responsável por sua análise. Desta análise, prosseguiu, em que são coletadas manifestações de diferentes órgãos, acrescidas do quanto se discutiu e propôs nas audiências públicas, resultará um parecer técnico que dará conta ou não da viabilidade técnica do empreendimento. Considerado viável o projeto analisado, será o respectivo parecer encaminhado ao CONSEMA que, reunido em sessão plenária, deliberará pela emissão ou

Página 1 de 4



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

não da licença prévia, documento que coroa a primeira etapa do procedimento. Concluídos os esclarecimentos introdutórios, passou-se à apresentação do projeto. Informou que a Mesa Diretora dos Trabalhos era presidida por ele, Secretário-Executivo, e composta ainda por um representante da CETESB e por até dois membros do CONSEMA eventualmente presentes à audiência, e convidou para também comporem a mesa, pela CETESB, o engenheiro **Camilo Fragoso Giorgi**, gerente do Setor de Avaliação de Empreendimentos de Transporte Rodoviário da agência ambiental; e, pela SMA, o conselheiro **Danilo Angelucci de Amorim**, coordenador da CBRN e seu representante no colegiado. Antes que se procedesse à apresentação do projeto, **Camilo Fragoso Giorgi** esclareceu em linhas gerais como se desenvolve o processo de licenciamento. Explicou do que tratam materialmente os estudos de impacto ambiental e deu conta da tramitação do empreendimento, esclarecendo que no momento atual os estudos encontram-se sob os cuidados de equipe técnica especializada da CETESB, responsável por sua análise. Desta análise, prosseguiu, em que são coletadas manifestações de diferentes órgãos, acrescidas do quanto se discutiu e propôs nas audiências públicas, resultará um parecer técnico que dará conta ou não da viabilidade técnica do empreendimento. Considerado viável o projeto analisado, será o respectivo parecer encaminhado ao CONSEMA que, reunido em sessão plenária, deliberará pela emissão ou não da licença prévia, documento que coroa a primeira etapa do procedimento. Concluídos os esclarecimentos introdutórios, passou-se à apresentação do projeto. **Paulo César Fernandes**, engenheiro e gestor de projetos da Via Paulista S/A, seguido por **Fernando Gama Lício**, gerente de projetos da Via Paulista, apresentaram em linhas gerais o empreendimento, abordando seu histórico, organização, etapas de desenvolvimento e objetivos, após o que a geógrafa **Regina Nespoli**, representante da Concremat Ambiental, empresa de consultoria responsável pela elaboração dos estudos ambientais, apresentou uma síntese do EIA/RIMA, precisamente dos motivos da eleição do traçado, da capacidade pretendida para o empreendimento quando de sua plena operação, dos impactos que ele promoverá, principalmente nos recursos hídricos e nos meios físico, biótico e antrópico, e acerca das medidas de mitigação que serão implementadas com o objetivo de preveni-los ou mitigá-los. Passou-se então à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. **Veidson Marcelo Gonçalves**, representante do Rotary Club–Jaú/Terra Rocha, lembrou que a instituição que representa, agregada a outras cinquenta e quatro entidades, vem defendendo a duplicação da rodovia desde o ano de 2009, muito embora discordasse da cobrança de pedágio. Ainda sobre o tema, suscitou disparidade entre prazos referidos em audiência e os constantes do projeto, e observou que nada é dito nos estudos acerca da cobrança ponto a ponto. Protestou pela demora em se fixar os valores da tarifa, e perquiriu como serão destinados os recursos derivados dessa cobrança tarifária. Indagou se haverá ampliação ou reforma da Ponte do Açúcar, e lembrou que nela foram investidos aproximadamente cinco milhões de reais. Chamou a atenção para os impactos negativos do empreendimento, num total de trinta e cinco, e ponderou que é necessário que se trabalhe no sentido de minimizá-los ao máximo. Requereu ainda fosse dada especial atenção à descida do Barro Branco, local que registra grande número de acidentes, e terminou exortando os empreendedores a não desconsiderarem os pleitos da população local. Passou-se à manifestação dos representantes do Poder Legislativo. **Roberto Vanucci**, vereador pelo município de Jaú, relatou que, na qualidade de presidente da frente parlamentar pela duplicação da SP255, teve ocasião de manter estreito diálogo com a população que vive à margem da rodovia, e que, dentre as razões de preocupação que o empreendimento suscita, ocupa o acesso à rodovia lugar proeminente. Pontuou que diversos condomínios situam-se à beira da SP-255, e requereu fosse confirmado se em local próximo ao Condomínio Morada do Sol, como também no Condomínio Itaúna, serão implantados viadutos de acesso à rodovia. Finalizou parabenizando empreendedor e equipe consultora pela qualidade da explanação feita e agradecendo pela oportunidade de ali representar a Câmara Municipal de Jaú e os interesses da população da região. **Guto Machado**, também vereador por Jaú, ressaltou que a Câmara Municipal dá especial atenção à causa animal, e questionou, face à significativa presença de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

sítios e residências próximos à rodovia, como se dará o resgate dos animais atropelados e em quanto tempo e para onde serão eles encaminhados. Requereu ainda fossem especificadas as passagens de fauna. Passou-se aos esclarecimentos do empreendedor e equipe consultora. **Fernando Gama Lício**, gerente de projetos da Via Paulista, relatou estarem em andamento estudos para a ampliação da capacidade rodoviária do Rio Tietê, e que, considerando a forma como a questão impacta o desenvolvimento de projetos, aguarda-se seja em breve emitido, pela ARTESP, posicionamento definitivo a respeito. Sobre a praça de pedágio do quilômetro 165, informou que será instalada uma base de atendimento ao usuário no quilômetro 166. Além disso, será criado um dispositivo em desnível, medida suficiente para a redução da incidência acidentária no local. Alertou os proprietários dos imóveis lindeiros a que busquem, junto à Via Paulista, realizar a regularização de seus acessos, e ofertou esclarecimentos acerca do posicionamento do retorno no sentido Jaú/Bocaina, a ser implantado no quilômetro 142, declarando a propósito que referido retorno deverá a contento suprir a demanda da região. Sobre o retorno em sentido contrário, Jaú/Barra Bonita, informou que a decisão outra não foi senão encaminhar à ARTESP solicitação para que decidisse acerca da melhor solução para a questão. Sublinhou que todos os dispositivos desenvolvidos no projeto obedecem a previsão contratual, e que nada pode ser alterado sem prévia e suficiente justificativa. **Ricardo Gerab**, gerente de operações da Via Paulista, em resposta a proposição formulada por Veidson Gonçalves, esclareceu que há previsão contratual para implantação do sistema proposto, mas que o tema necessita ser estudado conjuntamente com a ARTESP e as prefeituras da região, e que somente após detida análise técnica será possível posicionar-se concretamente acerca da possibilidade. Explicou que elementos compõem o cálculo do valor cobrado a título de pedágio, e observou que a tarifa prevista em 2016 deverá sofrer os necessários reajustes. Na ocasião em que fixado o novo valor, completou, será este amplamente divulgado. Sobre o organograma da obra, esclareceu que a duplicação prevista, que liga Araraquara a Itaporanga, foi concebida para um prazo total de dez anos, e que os estudos ora em discussão dizem respeito apenas ao primeiro trecho da obra. Acolheu sem restrições o quanto se propôs e eventualmente se venha a propor para sinalização da obra, o que reconheceu extremamente válido. Acerca dos animais atropelados, informou que a concessionária já mantém um departamento específico, que opera *full time*, para o monitoramento, identificação, apreensão e encaminhamento dos animais. Para tanto, convênios foram celebrados com ONGs e médicos veterinários da região. Sem buscar eximir a concessionária de sua responsabilidade em resgatar esses animais, comentou que sua presença nas pistas implica num enorme risco de atropelamentos, e que com frequência é vitimado não apenas o animal como ainda o condutor do veículo que o atropela, e exortou os proprietários lindeiros a que mantenham seus animais presos. **Regina Nespoli**, representante da Concremat Ambiental, sublinhou que os estudos foram a todo o tempo balizados pela preocupação com a melhor identificação dos impactos, buscando desse modo antecipar os programas a implementar e as medidas a adotar face ao mais amplo espectro de eventos possíveis, considerando naturalmente a complexidade e o sem número de variáveis que registra um empreendimento do porte de uma duplicação rodoviária. Escusou-se pela brevidade da apresentação que fizera, pontuando tratar-se apenas de um extrato do detalhado trabalho empreendido pela consultoria, do qual resultaram treze respeitáveis volumes. **Thiago Machado**, integrante da equipe de coordenadores do projeto, relatou haver sido realizado, por amostragem, amplo levantamento da fauna silvestre presente nas áreas florestais da região, acompanhado de monitoramento dos registros de atropelamento que tem lugar atualmente na rodovia, monitoramento este que por sinal continua a realizar-se, e informou que os dados coligidos estão sendo neste momento compilados e ordenados. Simulações serão feitas – acrescentou – com o intuito de identificar com maior precisão os pontos críticos, assim como as espécies mais ameaçadas que percorrem esses locais. A partir daí, concluiu, serão definidas, juntamente com a equipe de engenharia, as localizações mais apropriadas aos dispositivos de mitigação e passagens de fauna. **Fernando Gama Lício**, gerente de projetos da Via Paulista, lembrou que a primeira prévia do projeto em discussão preconizava a implantação de uma



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

barreira rígida de fora a fora, eficaz impeditivo a que o animal invada a pista. Em seu lugar, o que destacou como uma das inovações que a Via Paulista trouxe ao projeto, propôs-se a criação de canteiros gramados de 4,60m de diâmetro, que permitirão aos animais atravessar em segurança a rodovia. Informou que o trecho registra ainda diversas passagens de gado, e que o projeto prevê a preservação de algumas delas. Passou-se aos apontamentos finais do representante da CETESB. **Camilo Fragoso Giorgi**, gerente do Setor de Avaliação de Empreendimentos de Transporte Rodoviário da agência ambiental, considerou de grande valia cada uma das contribuições suscitadas no curso da audiência, e informou que a resposta a esses questionamentos também subsidiará a análise do órgão licenciador. Lembrou que qualquer interessado tem até cinco dias úteis para encaminhamento de questionamentos ou proposições à CETESB, via endereço eletrônico, através do e-mail ietr_cetesb@sp.gov.br, ou ainda pessoalmente. Passou-se então a palavra a **Danilo Angelucci de Amorim**, conselheiro e representante da CBRN no CONSEMA, para que procedesse às suas considerações finais. Este enfatizou inicialmente o caráter democrático da audiência pública, mormente quando discutidas obras lineares, sublinhando sua importância no contexto da obra que se pleiteia licenciar. Declarou que a CETESB tem tratado com especial zelo a questão do manejo de fauna e da implantação das passagens. Quanto à flora, declarou que para toda área suprimida fixa a agência ambiental a exigência de uma compensação que, regra geral, repõe para além daquilo que se suprimiu. Tal rigor com que o assunto é tratado, refletiu, contribui para que o empreendimento internalize importantes variáveis ambientais em seu projeto funcional, repercutindo em última análise num sensível ganho social. Nessa tônica, aspectos como a opção pela melhor alternativa locacional recebem particular atenção do órgão licenciador. Eventuais intervenções ou ocorrências relacionadas à fauna são prontamente levadas ao conhecimento da CETESB, resultado de um bem afinado trabalho de colaboração entre a CRBN e a agência ambiental. Depois de constatar e informar que todas as etapas da audiência haviam sido regularmente cumpridas, o **Secretário-Executivo do CONSEMA** esclareceu que todo e qualquer interessado teria ainda o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data desta audiência, para enviar contribuições ou sugestões que tenham por finalidade o aperfeiçoamento do projeto, seja diretamente à CETESB, seja por meio eletrônico, seja protocolizando-as no órgão para tanto destinado. E, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Maurício Brusadin, agradeceu a presença de todos, após o que declarou encerrados os trabalhos desta reunião. Eu, **Gerson Cotrim Filiberto**, executivo público lotado no Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.